



Ex-candidato à presidência critica fatiamento da Petrobras, ataca Lula e PT e defende a universidade e a produção do conhecimento

COTAV EM RITMO DE ESCOLHA DE SOFIA

Página 6

PACOTAÇÃO

AMEAÇA SALÁRIOS E DESMONTA ESTADO



“
Nós vamos
redesenhar
o Estado

PAULO GUEDES
Ministro da Economia

Anunciadas pelo ministro Paulo Guedes como o maior “redesenho do Estado brasileiro”, as medidas desfiguram a Constituição Cidadã de 1988, flexibilizam despesas obrigatórias e transformam o funcionalismo no fiador dos custos da dívida pública. Na prática, o pacote permite redução de 25% dos salários dos servidores e autoriza a suspensão de concursos, reajustes e progressões. Páginas 2, 3 e 4

AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

08/11 10h | REUNIÃO PROGRESSÕES MÚLTIPLAS
Auditório E-1 | Faculdade de Letras | Campus Fundão

12/11 15h | REUNIÃO COM PROFESSORES
SUBSTITUTOS
Auditório E-3 | Faculdade de Letras | Campus Fundão

13/11 14h | REUNIÃO CONSELHO DE
REPRESENTANTES
Auditório E-212 | Centro de Tecnologia | Campus Fundão



EDITORIAL

DIRETORIA DA AdUFRJ

CONTRA PROMESSAS QUE DESMANCHAM NO AR

Um final de ano dos piores para todo o funcionalismo público no Brasil. Escolhidos como alvo, poderão ter seus salários cortados, progressões congeladas e concursos proibidos. O que o Paulo Guedes chama de redesenho do estado brasileiro nada mais é do que receita antiga de remédio ruim. O “mercado” e grandes empresas de comunicação festejam o desmonte das redes de proteção ao cidadão, e confirmam que se trata de um plano de “mais para os mesmos”, concentrador de renda e promotor de desigualdades. Antes do pacote, o envio do Projeto de Lei Orçamentária deslocando uma parcela dos nossos salários, que por lei deve estar entre as despesas obrigatórias, para ser negociada como suplementação no Congresso não deixa dúvidas sobre os objetivos desse governo: nossos salários estão em risco. O cenário é de desrespeito sistemático e violação dos princípios consagrados na Carta Constitucional.

Não há solução de meio de caminho: ou recuperamos a energia necessária e nos organizamos ou seremos destruídos. Desde a edição da primeira versão do FUTURE-SE, temos afirmado que não se trata apenas de mais um projeto, mas uma proposta política que visa destruir os fundamentos que sustentam a universidade pública e o Estado brasileiro.

Por tudo isso, nossa ação não pode ser limitada a um debate

corporativo. É urgente ampliar o diálogo com a sociedade, explicitar o grau de violência social que nos está sendo imposta e dar a ver o quanto todos serão afetados. O Chile está aí, as promessas de estabilidade e riqueza se desmancharam no ar, as ruas foram inundadas por protestos e o modelo tão caro ao ministro Guedes fez água para todos os lados. Mesmo economistas e políticos liberais sabem que se trata de um engodo, um erro que poderá custar muito mais caro lá na frente. O desafio está posto na mesa, e não é pequeno. A comunidade universitária pode ser decisiva nesse momento. Não só pela nossa capacidade de organização e mobilização, mas principalmente pela produção de conhecimento e a grande possibilidade de intervenção no debate público que poderemos alcançar. Os próximos dias já serão de muito trabalho. Destrinchar o plano em seus mínimos detalhes, debatê-lo pelos mais diversos ângulos, evidenciar seus limites e contradições, envolver todos os possíveis atores, organizar toda essa movimentação para que seu significado chegue de forma clara e objetiva também para a nossa comunidade. É preciso fazer com que cada um de nós tenha a exata noção do que está por vir, e que cada um tenha a exata noção da responsabilidade que nos cabe. É com esse espírito que estaremos em todos os fóruns e discussões, e convocamos todos para que se juntem a esse esforço.

Artigo

ESTHER DWECK

Professora do Instituto de Economia da UFRJ



OS GATILHOS PERVERSOS PARA OS SERVIDORES EM 2020

Desde a aprovação da reforma da previdência, o governo vem anunciando que seu próximo alvo seriam os servidores públicos. Há um objetivo claro do governo de reduzir o gasto com pessoal nos próximos anos. Em especial por meio da não contratação, não reajuste nominal de salários, redução da jornada e sem promoção dos servidores. Grande parte dessas medidas é inconstitucional ou ilegal. E outras, como a não contratação, penalizam mais a sociedade do que os próprios servidores. Ainda que leve a uma exaustão.

Há uma ideia sempre repetida de que é preciso cortar gastos com previdência e pessoal, usualmente acompanhada de que os salários dos servidores são altos e o corte desses gastos reduz a desigualdade. Aqui há um problema: o pagamento de pessoal ativo do setor público não é uma transferência de renda, mas é o custo da prestação de um serviço público. O objetivo de um gasto com pessoal pode ser também reduzir pobreza e redistribuir renda, não pelos salários dos servidores, mas pela prestação de serviços públicos como saúde, segurança, educação, defesa, que são acessados de forma gratuita pela população.

Do pessoal ativo do executivo civil federal, 65,3% estão nas áreas de saúde e educação. Se juntarmos o ministério da Economia, responsável por toda a arrecadação e execução

das despesas, chegamos a 81%. No âmbito subnacional, saúde, educação e segurança representam a maioria do pessoal ativo. Como ampliar gastos em saúde e educação sem médicos, professores, enfermeiros e técnicos-administrativos? Avaliando todo executivo federal, incluindo militares, 73,8% dos servidores ativos estão nas áreas de defesa, educação e saúde. Isto não quer dizer que não haja excessos e privilégios e estes devem, sim, ser combatidos.

No entanto, a forma que o governo utiliza é a disseminação de notícias falaciosas e estudos enviesados, como os do Banco Mundial. Recentemente, duas medidas nesse sentido chamaram a atenção.

A primeira, em relação ao orçamento de 2020, foi a inclusão de parte dos salários dos servidores e de pensão e aposentadorias sujeitas à aprovação de um crédito orçamentário em 2020. Essa medida é para cumprir os requisitos da Regra de Ouro que impede que o governo emita dívida para pagar despesas correntes, exceto com anuência do Congresso. A anuência do Congresso, por sua vez, só pode ser feita quando o orçamento já está em vigor, portanto, apenas no próximo ano.

Essa medida foi feita para o orçamento de 2019, mas o governo Temer deixou condicionada despesa com previdência, Bolsa Família

e BPC. Em meados desse ano, houve uma queda de braço do governo com o Congresso para que fosse concedida essa anuência. Isso levou a possibilidade do não pagamento desses benefícios, pois o próprio governo demorou para se empenhar em resolver isso.

Para 2020, o que estará ameaçado será o pagamento dos servidores. Podemos imaginar qual será o empenho do atual governo em resolver tal questão. Esse empenho deve ser medido a partir da segunda proposta enviada ontem pelo governo, nas diversas PECs entregues ontem ao Senado.

Em uma das PECs há a caracterização do chamado Estado Emergencial. Para União, o estado emergencial ocorrerá quando o Congresso autorizar o desenquadramento da Regra de Ouro, logo, quando o Congresso der a anuência mencionada acima. Nesse caso, a União não poderá promover funcionários (com exceção de serviço exterior, judiciário, membros do MP, policiais, militares e que não implique em atribuição de função). Ficarão impedidos ainda reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras, concurso ou criação de verbas indenizatórias e será autorizada a redução de jornada em até 25%, com redução de salário.

Claramente, esse é um governo que não dá ponto sem nó.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO



■ O Observatório do Conhecimento reuniu iniciativas das universidades públicas no esforço para ajudar o país a lidar com o desastre ambiental que manchou de óleo o litoral nordestino. Até o momento, o petróleo cru já atingiu cerca de um terço do litoral brasileiro, quase 300 praias e cem municípios em nove estados do Nordeste. O objetivo da coletânea é dar uma resposta à omissão do governo federal e mostrar a importância estratégica das universidades brasileiras. Veja mais: observatoriodoconhecimento.org.br.

AGENDA

08/11 PLENÁRIA SOBRE PROGRESSÕES

AdUFRJ convida para segunda reunião sobre defesa dos docentes. Encontro será às 10h na Letras, auditório E-1.

12/11 PROFESSORES SUBSTITUTOS

AdUFRJ convida os professores substitutos para debater seus problemas. Será às 15h, na Letras, auditório E-3.

13/11 CONSELHO DE REPRESENTANTES

Primeira reunião fará planejamento das atividades e debaterá temas urgentes. Será às 14h, no CT, sala E-212.

IMAGEM DA SEMANA

ENTRE VENENOS E COBRAS

■ Na semana em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, lançou todo seu veneno contra os servidores públicos, uma cobra resolveu passear pelo Fundão. A jiboia foi encontrada na área interdita do Bloco A do CT. Bombeiros da Brigada de Incêndio da Coppe recolheram a cobra, diante de uma plateia atenta de estudantes, professores e servidores.



Redesenho de Guedes ataca Constituição e servidores

> Ministro cria mecanismo para vetar aumentos, progressões e concursos. Redução salarial pode durar 2 anos

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrrj.org.br

Sob o argumento da necessidade de equilibrar as contas públicas, o governo Bolsonaro entregou, terça-feira (5), três propostas de emenda constitucional ao Congresso que atingem em cheio o funcionalismo, a manutenção da universidade pública e o financiamento à ciência.

Chamadas de um “redesenho do Estado Brasileiro” pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, as PECs constituem um pesadelo para os professores das universidades federais.

A PEC da Emergência Fiscal permite cortar até 25% dos salários dos funcionários públicos federais em um período de até dois anos, se houver déficit estimado no Orçamento. Neste caso, haveria redução da jornada de trabalho e a possibilidade de o servidor ter outro emprego para compensar a perda de renda.

Entre as muitas medidas anunciadas na proposta, vão afetar mais diretamente o cotidiano dos docentes e técnicos as proibições: de desenvolvimento na carreira, de concessão de reajuste salarial, de criação de cargo, de reestruturação de carreira, de novos concursos e do pagamento de verbas indenizatórias. Além disso, o plano do governo suspende novas despesas obrigatórias.

O pacote ainda prevê uma trava a decisões judiciais que gerem aumento de gastos. Elas só seriam cumpridas quando houvesse dotação orçamentária suficiente.

A economia com o corte de salário e a jornada de trabalho

no serviço público federal corresponderia a R\$ 28 bilhões em dois anos. No primeiro ano, o valor estimado é de R\$ 12 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões correspondem aos cortes salariais e R\$ 2 bilhões à suspensão da progressão funcional. No segundo ano, a economia seria de R\$ 16 bilhões.

Segundo o pró-reitor de Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp, há dúvidas quanto à aplicação de corte salarial em professores com Dedicção Exclusiva. “Em princípio, nos funcionários com DE, não há como aplicar os 25%. A não ser que o plano de carreira mude e que eles também acabem com a Dedicção Exclusiva”, afirmou. O plano ainda cria incertezas quanto ao pagamento integral de pensionistas, pois enquadra o gasto no limite das despesas com pessoal.

Já a PEC dos Fundos permite redirecionar cerca de R\$ 220 bilhões de fundos públicos para reduzir a dívida da União, o que afetaria, por exemplo o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT), que repassa recursos para órgãos de financiamento à pesquisa científica, como a Finep e o CNPq.

A terceira PEC, do Pacto Federativo, afeta indiretamente o financiamento à ciência, pois pode atingir o gasto das agências de fomento estaduais, como a Faperj. A PEC permite que Estados e municípios também adotem as regras de emergência fiscal, cortando despesas obrigatórias de pessoal e de custeio.

INIMIGOS DA PÁTRIA

Durante a apresentação das propostas na terça-feira, o ministro Paulo Guedes disse tratar-se de um “*shutdown* à brasileira”, em referência à paralisação de 35 dias da máquina pública dos Estados Unidos ocorrida na virada do ano. Devido a uma disputa do Executivo com o Congresso



FOTO: MINISTÉRIO DA ECONOMIA

DURANTE O ANÚNCIO DO PACOTAÇO contra o funcionalismo, Guedes atacou a liberdade individual dos servidores. “(Quem) tem filiação partidária não é funcionário do estado brasileiro, é militante”, disse. Segundo o ministro, quando houver vínculo partidário “pode ser militante à vontade, mas não pode ter estabilidade”. As declarações ferem o direito de livre organização assegurado na Constituição Federal.

dos EUA, 25% de todo o governo federal parou de funcionar e 800 mil servidores ficaram com salários atrasados.

“É um *shutdown* à brasileira, de um ano e meio a dois anos. Não é um *shutdown* americano, que parou de pagar tudo”, afirmou Guedes na terça-feira.

O plano permite à União declarar Estado de Emergência Fiscal e adotar as medidas de contenção quando houver o desequilíbrio da regra de ouro, que proíbe o governo de emitir dívida para pagar despesas correntes, como salários, aposentadorias e despesas de custeio. Essa condição já está dada. Em 2019, o governo descumpriu a regra de ouro, deixando que o Congresso aprovasse a emissão de dívida para arcar com as despesas.

Na proposta de Orçamento para 2020, de R\$ 1,45 trilhão, R\$ 367 bilhões correspondem ao

valor que supera a regra de ouro, sendo necessário o Congresso aprovar a emissão de dívida pública.

Guedes mostrou-se confiante com o andamento das PECs tanto no Senado quanto na Câmara. A aposta do governo é ter aprovado o pacote de medidas já em 2020, incluindo ainda a PEC da Reforma Administrativa, que abrangeria os futuros funcionários públicos, e o Projeto de Lei das Privatizações.

Outro ponto que está no pacote de propostas do governo Bolsonaro reúne em uma conta única os limites mínimos dos orçamentos da Educação e da Saúde. Para alguns analistas, essa mudança pode prejudicar a Educação.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que pretende colocar em votação as três PECs em torno de 15 de dezembro. No entanto, há dúvidas quanto à adesão dos parlamentares pois

2020 é um ano de eleições municipais no país e as propostas tocam em pontos sensíveis, como o corte nos salários.

A redução salarial do funcionalismo em até 25% está prevista da Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, a possibilidade já foi rejeitada no Supremo Tribunal Federal.

“É uma reforma que elege os funcionários públicos como os inimigos da pátria”, disse a deputada federal Margarida Salomão (PT-MG), presidente da Frente Parlamentar de Valorização da Universidade Pública. Embora o plano tenha como lema a “transformação do Estado brasileiro”, a deputada o vê como a “destruição do Estado Brasileiro”.

“Não é uma questão só de organização fiscal. É uma espécie de Constituinte que pode ter custos sociais elevados”, afirmou a professora Laura Carvalho, da FEA-USP, na GloboNews.

MEDIDAS INDIGNAM PROFESSORES E SINDICATOS

■ “Vendem à população que estão reduzindo privilégios da malha burocrática do Estado, mas, na verdade, estão reduzindo a rede de proteção ao cidadão, os serviços públicos, que estão sendo desmontados”, avalia a presidente da Adufrj, professora Eleonora Ziller. Para ela, a proposta vai fortalecer a concentração de renda e expressa “mais Brasil para os mesmos”, em referência ao nome do plano do governo.

As entidades dos docentes reforçam a preocupação. “A análise preliminar nos permite dizer que o pacote é uma tentativa de completa reconfiguração do Estado Nacional”, alerta o presidente do Andes, professor Antonio Gonçalves Filho. “A desvinculação da receita fará com que as políticas públicas, já fragilizadas pela Emenda Constitucional 95, sejam liquidadas”, justifica. O Proifes expressa uma leitura si-

mililar. “É a tentativa de conformar o Estado no ultraneoliberalismo”, avalia o professor Nilton Brandão, presidente da entidade, que teme a tramitação no Parlamento. “Estamos diante do Congresso mais conservador dos últimos anos. Há muita concordância com a pauta econômica do governo”, resume.

A tendência é confirmada pelo deputado Glauber Braga (Psol-RJ). “O pacote encaminhado

por Bolsonaro e Paulo Guedes, que tem articulação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, é uma tentativa de destruição plena do Estado nas suas garantias sociais, fazendo com que prevaleça uma supremacia total do mercado”, adverte o parlamentar. “Temos que derrotar essa proposta no parlamento, nas redes, mas, principalmente, na rua”.

O pró-reitor de Finanças da

UFRJ, professor Eduardo Raupp, afirma que a possibilidade de subtração do excedente de orçamento para pagamento da dívida, vai em direção oposta aos interesses da universidade. “Queremos ter autonomia sobre as receitas próprias e que haja incentivo para que as universidades arrecadem mais e possam usar. A PEC emergencial vai contra este espírito”, diz. (Elisa Monteiro, Kelvin Melo, Silvana Sá)

Salários de docentes não estão garantidos em 2020

> Proposta orçamentária do governo faz com que parte dos vencimentos de professores e técnicos-administrativos, além do custeio, dependa de suplementação aprovada pelo Congresso Nacional

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufjr.org.br

FERNANDO SOUZA

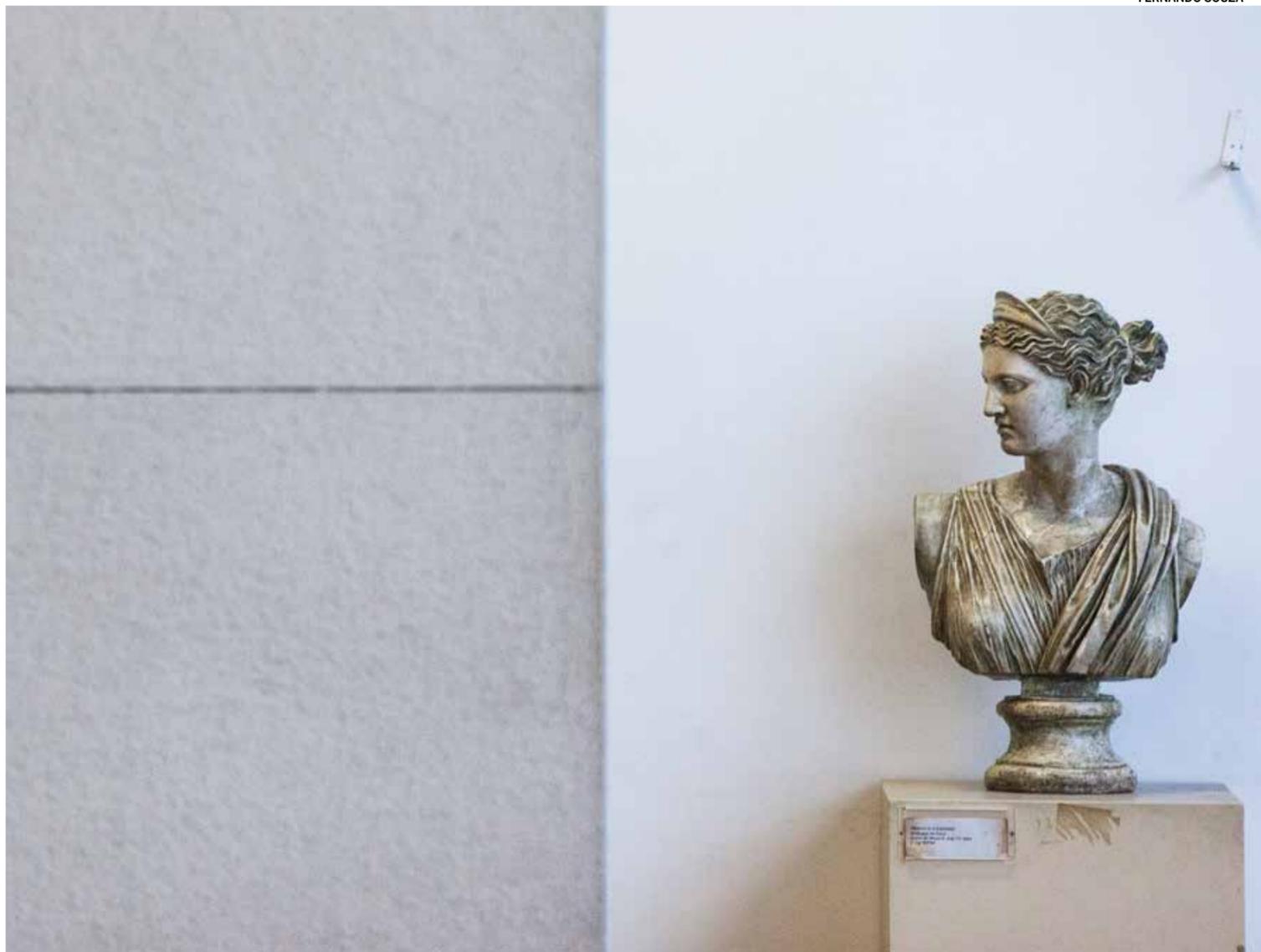
O Orçamento de 2020 elaborado pelo governo já prevê a possibilidade de pagamento parcial dos salários e aposentadorias de professores e técnicos, além das despesas de manutenção das universidades. Ou seja, está preparado para uma eventual aprovação da PEC de Emergência Fiscal enviada pelo governo ao Congresso na terça-feira (5).

Para cumprir com a chamada “regra de ouro” – dispositivo constitucional que proíbe o endividamento para honrar despesas de custeio e de pessoal – o orçamento do ano que vem enviado ao Congresso foi dividido em duas partes: a que está garantida pelas receitas estimadas; e outra, condicionada à aprovação de crédito suplementar pelo Congresso.

Se a PEC da Emergência Fiscal for aprovada, a divisão possibilita o pagamento apenas do que está no orçamento garantido. A PEC estabelece gatilhos de contenção de gastos para cumprir a regra de ouro e permite a redução dos gastos obrigatórios de pessoal por até dois anos, incluindo o corte de até 25% dos salários dos servidores ativos.

No caso da UFRJ, 24% do orçamento está pendente de suplementação aprovada pelo Congresso. Em relação aos salários de professores e técnicos da ativa, isso representa 50% do valor a ser pago; para os inativos, o percentual é de 14%. Nas despesas de custeio, 27% está condicionado à aprovação da suplementação pelos parlamentares.

“O governo tem dito que trabalha com otimismo para essa aprovação porque acha impossível o Congresso rejeitar, por conta das implicações salariais, das aposentadorias e da assistência médica”, disse o pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp. “Nosso caso ainda é um pouco melhor que o de outras universidades. Estamos com 24% (fora do orçamento normal). Há universidades que estão com quase 50%, mas temos essa instabilidade de aprovação da lei orçamentária do ano que vem”, completou. O pró-reitor, no entanto, vê pouca possibilidade de o pacote proposto pelo governo ser aprovado a tempo de afetar o orçamento.



UFRJ Proposta afeta, na universidade, 50% dos salários dos ativos, 14% dos proventos dos aposentados e 27% das despesas de custeio

Até o momento, as despesas de pessoal são obrigatórias e não são passíveis de corte. Mesmo que a PEC Emergencial não seja aprovada no Congresso, existe o risco de o governo não liberar a quantia total. A hipótese leva em conta um eventual atraso na aprovação do Orçamento de 2020, como ocorreu no de 2019. Geralmente, o Orçamento do próximo ano é aprovado na última semana antes do recesso parlamentar e a suplementação é votada depois do recesso.

Se houver atraso na aprovação do Orçamento e a votação final ficar para 2020, os pagamentos podem ser feitos por duodécimos (pagamentos equivalentes a apenas um mês) e podem considerar apenas o orçamento que está dentro da regra de ouro - 50% dos salários dos ativos e 86% dos inativos, no caso da UFRJ.

Se o orçamento de 2020 for aprovado em 2019, haverá o primeiro semestre para a aprovação da suplementação pelo Congresso. “Rigorosamente, os salários do segundo semestre estão nessa aprovação pelo Congresso”, comentou Raupp.

Representantes do Ministério da Educação projetam que o Congresso vai aprovar o Orçamento em conjunto com o crédito suplementar, mas há

ORÇAMENTO DA UFRJ PARA 2020

GARANTIDO	A SER APROVADO NO CONGRESSO
Despesas de pessoal (obrigatórias)	Despesas de pessoal (obrigatórias)
ATIVOS	
R\$ 701,38 milhões	R\$ 701,38 milhões (50% do total)
INATIVOS	
R\$ 966,26 milhões	R\$ 168,34 milhões (14% do total)
DESPESAS DE CUSTEIO	
R\$ 280,48 milhões	R\$ 102,01 milhões (27% do total)

apreensão entre os pró-reitores. “Sabemos que 2020 é ano eleitoral, não sabemos o que o Congresso vai colocar como condição para aprovar”, completou Raupp.

Para o presidente da Andifes e reitor da UFBA, João Salles, a inclusão do gasto de pessoal dependente de aprovação do Congresso é preocupante. O professor entende a mudança como uma forma de antecipação da Reforma Administrativa que será proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

“É um cenário absolutamente intranquilo porque bate nas despesas discricionárias. Não se sabe o que vai se fazer de política no Congresso sobre o assunto. Os reitores veem com grande apreensão não ter 100% do custeio garantido”, afirmou Salles.

Há algumas semanas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, denominou os professores das universidades federais de “zebras gordas” que precisam ser caçadas, em um momento em que o governo federal tem como uma das agendas mais urgentes

no Legislativo a Reforma Administrativa.

Na avaliação da presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, a possibilidade de o gasto de pessoal ser aprovado pelo Congresso provoca instabilidade no ambiente universitário e cria um cenário de incerteza. “O governo não pode reter os salários e é evidente que o Congresso irá corrigir essa excrescência. Até lá, disseminam o pânico e desagregam o tecido social. Depois tentam soluções publicitárias para criar um clima de descrédito em relação aos dirigentes universitários”, afirmou. “É lamentável ter um governo que, de forma sistemática, tenta nos fragilizar. Responderemos mais uma vez com maturidade e firmeza reafirmando nossos compromissos com a sociedade que nos sustenta”, completou.

Para a deputada Margarida Salomão (PT-MG), presidente da Frente Parlamentar de Valorização das Universidades, incluir salários como crédito suplementar corresponde a uma chantagem para aprovar outras matérias. “Pode ser uma provocação para que o Congresso concorde em incluir uma fonte adicional de receita, como privatizações ou a Reforma Administrativa”, disse.



MAIS UMA Reunião sobre progressão será a segunda organizada pela Adufrj. A primeira ocorreu no Instituto de Economia, no final de outubro, e atraiu mais de 40 docentes

Adufrj convoca reuniões sobre progressões e carreira

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Escutar os professores, estabelecer um planejamento geral para o mandato e responder às demandas urgentes da categoria. Estes são os objetivos de uma série de atividades que a diretoria da Adufrj realiza nos próximos dias.

A agenda começa com uma reunião sobre o direito à progressão múltipla na sexta-feira (8), no auditório E1 da Faculdade de Letras, às 10h. No dia 12, haverá um encontro com os professores substitutos, no auditório E3 da Faculdade de Letras, às 15h. Em 13 de novembro, ocorre o primeiro Conselho de Representantes da atual gestão, na sala E 212 do Centro de Tecnologia, às 14h.

O diretor da AdUFRJ, professor Josué Medeiros, ressalta a importância de fortalecer a mobilização no atual contexto de ataques. “Se em maio a gente conseguiu fazer uma grande mobilização, podemos repetir agora”, diz, lembrando dos atos de 15 e 30 de maio, quando professores e estudantes lotaram as ruas do Brasil e fizeram os maiores eventos contra o governo. “Toda a construção da nossa chapa e do programa foi feita a

partir da realização do ato de 15 de maio. Aquela energia continua nos mobilizando”, disse.

“Os desafios em maio já eram complexos. Com este pacote do Paulo Guedes, que destrói o Estado, destrói o funcionalismo público, destrói a universidade, mais o Future-se, mais os ataques que o Bolsonaro faz à democracia, tudo fica ainda mais complexo. Ou ativamos esta energia ou seremos atropelados”, completou.

Presidente da Seção Sindical, a professora Eleonora Ziller reforça o convite aos colegas: “Quanto mais pessoas responderem, melhor”, observou Eleonora, que planeja uma reunião também com os aposentados. “Queremos dar conta de pensar os problemas de longo prazo, montar um calendário, preparar temas; e, ao mesmo tempo, sermos capazes de responder às questões imediatas”.

Uma urgência que preocupa parte dos docentes é a possibilidade de perda do direito à progressão múltipla, tema da primeira reunião. Regulamentado por resolução do Conselho Universitário de 2014, o dispositivo está na mira da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Economia. Eleonora informa que irá participar de um encontro da Comissão de Legislação e Normas do Consuni – responsável por elaborar um parecer sobre o tema – neste dia 7. “Que-

AGENDA

08/11
10h
REUNIÃO
PROGRESSÕES
MÚLTIPLAS
AUDITÓRIO E-1
FACULDADE DE LETRAS
CAMPUS FUNDÃO

12/11
15h
REUNIÃO
COM PROFESSORES
SUBSTITUTOS
AUDITÓRIO E-3
FACULDADE DE LETRAS
CAMPUS FUNDÃO

13/11
14h
REUNIÃO
CONSELHO DE
REPRESENTANTES
AUDITÓRIO E-212
CENTRO DE TECNOLOGIA
CAMPUS FUNDÃO

remos ter uma visão mais clara do problema. Temos conversado com bastante gente. Essa discussão não é simples, a decisão não será imediata”. O assunto deve ser discutido no colegiado, no próximo dia 14.

Já o encontro com os substitutos da universidade, dia 12, tem significado especial para Josué, que foi temporário na UFRJ em duas passagens, antes da efetivação em dezembro do ano passado. “Nosso objetivo é preparar uma pauta mínima com as demandas que os substitutos podem apresentar”, disse. O diretor da Adufrj critica o processo de renovação do contrato. “É válido por dois anos, mas o docente pode perder o contrato

a cada seis meses. É cruel”. Eleonora valoriza a oportunidade de diálogo com os substitutos. “Eles são muito importantes para a universidade. Espero que eles encontrem na Adufrj um lugar de apoio”.

O 1º vice-presidente, professor Felipe Rosa, lembra que os substitutos podem se sindicalizar sem custos à Adufrj. Desta forma, passam a ter acesso ao atendimento jurídico da associação, por exemplo.

A atenção de agora pode render frutos em futuro próximo, quando os substitutos se tornarem efetivos. “A ideia é nos aproximarmos dos professores. A reunião com os substitutos tem especial importância neste

sentido”, disse.

Felipe espera que a reunião do Conselho do dia 13 seja tão cheia quanto foi o primeiro Conselho da gestão anterior, da qual fez parte. “Foi muito cheia, muito propositiva”, recordou. Mas o diretor também confia que os conselheiros consigam fazer várias reuniões nas próprias unidades ao longo do mandato de dois anos. “A função principal (dos conselheiros) é reunir nas unidades”, afirmou.

“A ideia inicial era que o primeiro conselho fosse uma grande reunião de organização. Mas tem essa pauta (das progressões) que não podemos deixar de lado”, completou a presidente da AdUFRJ.

COTAV em clima de escolha de Sofia

> Unidades reivindicam mais de 270 concursos. Administração central disponibiliza 122 vagas. Proposta da comissão deve ser fechada até dia 15

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

A primeira distribuição de concursos docentes da reitoria Denise Pires de Carvalho será desafiadora. São apenas 122 vagas, enquanto as unidades reivindicam aproximadamente 270 professores, informa o vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha. A maior parte repõe aposentadorias.

Do montante total, serão distribuídas 109 vagas pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav). A Administração Central afirmou que vai destinar as 13 vagas da reserva técnica da reitoria para o campus Macaé. “Especialmente à Medicina”, destacou o vice-reitor.

O curso de Medicina macaense entrou no radar dos concursos urgentes, após os protestos na sessão do Consuni realizada dia 24 em Macaé. Há um problema crônico para fixar os professores na região. À Cotav, foram solicitadas 20 vagas. “Fomos perdendo professores ao longo do tempo. Muitos foram para outras instituições. E estas vagas não foram repostas”, indica a diretora do campus, Roberta Coutinho.

De acordo com a docente, a

crise administrativa é contornada graças ao apoio da prefeitura local. “Mas é claro que o compromisso de um professor convidado para dar uma aula não é o mesmo de um professor da casa”, diz.

As reuniões da Cotav são diárias desde o início dos trabalhos, em 22 de outubro. A previsão é concluir o cruzamento de informações fornecidas pelas unidades, com dados do SIGA e da Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) até o final desta semana. Em seguida, começa a discussão da alocação. A expectativa é fechar uma proposta até o feriado do dia 15. Depois, o calendário depende de uma reunião conjunta entre o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) para bater o martelo. E um Consuni para referendar o trabalho.

DEMANDA REPRIMIDA

A briga pelas vagas para concurso não é uma novidade. “Os professores são o principal ativo da universidade, mais importante que qualquer patrimônio”, justifica a diretora da Escola Politécnica, professora Cláudia Morgado. Com seus cinco mil estudantes, a Poli apresentou uma demanda por 40 vagas.



ARQUIVO ADUFRJ

UNIDADES querem mais que o dobro das vagas docentes disponíveis

Outra gigante da UFRJ (4,5 mil alunos), a Faculdade de Letras pediu 25.

Entre as principais justificativas, as unidades destacam as aposentadorias, perdas para outras instituições ou localidades. Outros argumentos fortes dizem respeito à sobrecarga das turmas ou excesso de professores substitutos. Há ainda queixa pelos pedidos não atendidos na mais recente Cotav (2017). À época, a Medicina do Fundão só conseguiu 21 das 49 vagas

solicitadas. O resultado é uma demanda reprimida, em 2019, por 60 professores.

As Engenharias conseguiram 19 concursos dos 25 requeridos na rodada de 2017. De acordo com a diretora da unidade, Cláudia Morgado, o passivo soma-se ao envelhecimento da categoria: “Estamos com um quadro parecido com o da Faculdade Nacional de Direito (FND) há alguns anos. Nossos professores estão sobrecarregados. Temos turmas de cem

alunos com professores utilizando o microfone. Não estávamos assim”.

Na visão de Morgado, quanto menos frequentes os concursos, mais complicada fica a matemática. “As entressafas muito grandes fazem a gente perder bons doutores. Por outro lado, nem sempre é conveniente abrir mais de uma vaga e ter um docente que não traz novidade”, argumenta.

A diretora da Faculdade de Letras, professora Sônia Reis, fala de problemas similares. Nos próximos cinco anos, a unidade perderá 15 docentes pelo mecanismo da “expulsória”, a aposentadoria obrigatória a partir dos 75 anos. As vacâncias desde a última Cotav somam 25 perdas, sendo 23 para aposentadoria.

A docente aponta duas consequências da falta de uma política mais permanente de concursos: uma lacuna geracional e uma maior dependência de contratações temporárias. Para 2020, a Letras solicitou 45 professores substitutos. A administração acenou com 35. E agora o processo está em recurso.

Turmas lotadas representam mais do que a sobrecarga de trabalho para os docentes da Letras. “Temos uma recomendação de segurança dos Bombeiros de que as salas tenham no máximo 45 pessoas”, diz a diretora. “Nossos corredores são estreitos e temos alunos cadeirantes. Eventuais turmas com 80 alunos seriam um grande risco”.

CRITÉRIOS

Os critérios adotados pela Cotav 2019 repetem os parâmetros dos últimos anos, incorporando especificidades recomendadas pela comissão anterior. O número de alunos matriculados tem peso, mas não é tudo. O total de concursos bem sucedidos também conta.

Governo cala técnicos sobre óleo

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

■ Técnicos de órgãos ambientais e de monitoramento estão impedidos de comentar o derramamento de óleo na costa brasileira. Especialistas ouvidos pela reportagem da AdUFRJ revelam que há uma mordida na Petrobras, na Marinha, no ICMBio e no Ibama.

“Todos os técnicos estão orientados a não comentar fora dos órgãos sobre este assunto”, disse um pesquisador que prefere manter o anonimato. De acordo com o professor do Departamento de Geologia da UFRJ, José Carlos Seoane, os profissionais sequer querem aparecer em estudos articulados com a universidade. “Há uma mordida seríssima. Eles estão silenciados”, afirma. Seoane divulgou no dia 29 de outubro um relatório com a identificação de uma mancha de óleo de 200km² de extensão, ao Sul da Bahia. Em nota, a

Marinha afirmou que a mancha se tratava de algas. O Ibama, no dia 4, divulgou parecer que não se pode encontrar manchas de óleo “com uso de imagens óticas” na tentativa de desqualificar o trabalho do docente. “Mas radar não é ótico, ou seja, não se aplica às técnicas que estou usando”, defende-se o professor. “Nós conseguimos avisar sobre o óleo 48 horas antes de ele tocar na costa. Eles negam, mas o fato é que o óleo está chegando aos locais aonde nós dissemos que chegaria”. Enquanto as versões oficiais rebatem o estudo do pesquisador, os técnicos buscam mais informações. “Eles têm me ligado para agradecer por eu estar divulgando”, relata.

O professor afirma que o objetivo de sua investigação é acionar as autoridades para mitigar os danos. “Os relatórios oficiais estão sendo feitos sem transparência. O último, da Marinha, afirma que Pernambuco está limpo e ignora o Sul da Bahia”,

critica. “É nosso dever fazer o alerta à sociedade”.

Rodrigo Moura, do Laboratório de Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade, da Coppe, concorda. “Tenho conversado com muitos colegas destes órgãos. O clima geral é de medo”. Além da mordida, há a inoperância. “Os planos de contingência não foram utilizados, os conselhos estão desmobilizados”, critica o docente.

Diante deste cenário, a universidade ganha importância para quebrar o silêncio imposto pelo governo. “Fazemos pesquisa. Temos capacidade técnica para resolver este e outros problemas”. Esta também é a opinião de José Carlos Seoane. “A universidade tem o papel de esclarecer, de furar o bloqueio, de informar, de trazer o debate a público”. Uma das iniciativas é o debate “Brasil manchado de óleo”, que acontece no dia 11, às 17h30, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos. O CBAE fica na Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo.



Coral do CT canta Ópera do Malandro, musical de Chico

> Obra foi escolhida pela crítica política e social, ao mesmo tempo em que homenageou o autor pelos 75 anos

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjrj.org.br

O aniversário de 75 anos de Chico Buarque inspirou o Coral do Centro de Tecnologia, oficina do programa de extensão “Qualidade de Vida” da decania. O grupo é composto por estudantes e servidores. A apresentação do musical Ópera do Malandro

atraiu bom público ao auditório do CT, na sexta-feira (1).

“O tema foi escolha dos alunos. Todo mundo achou que a crítica, apesar de forte, era necessária para o atual momento político”, explica o estudante da Escola de Música e coordenador do coral Alberto Nery. Para ele, “exploração” e “hipocrisia” são os motes que aproximam a obra

de 1978 da atualidade. “O uso de pessoas interpretando objetos, nas cenas, é uma crítica à passividade da população”, completa.

Com duas horas e meia de duração, o espetáculo conservou o humor ácido da obra original. Mas trouxe elementos da sociedade contemporânea, como o auxílio de aparelhos celulares no palco. Clássicos como Geni e o Zepelim, Pedaco de Mim e A Volta do Malandro receberam uma roupagem mais moderna também. O cenário e figurino foram compostos em parceria com o curso de Direção Teatral e com a Escola de Belas Artes.



ELISA MONTEIRO

CRÍTICA atores mostram cartazes e misturam realidade e ficção

UFRJ realiza segunda Semana de Diversidade

> Machismo, LGBTfobia, racismo, saúde mental, gordofobia e questões indígenas estão entre os temas

GIULIA VENTURA
giulia@adufjrj.org.br

Até 8 de novembro, a Escola de Comunicação promove a 2ª Semana da Diversidade da UFRJ. “Notamos uma demanda maior dos alunos para discutir outras vivências que, na teoria, a universidade não dá conta de trabalhar”, afirma a professora Chalini Torquato, coordenadora do projeto. Justamente por isto, além dos temas de maior demanda, como LGBT+, racismo, saúde mental e cotas, também foram introduzidas questões indígenas, gordofobia, acessibilidade, maternidade, capacitismo e discurso de ódio.

Para a docente, havia uma necessidade de trazer esses debates para a instituição, já que o meio universitário é considerado excludente. “Procuramos trabalhar o lugar de fala, trazendo pessoas que de fato vivenciam situações de preconceito para debater aqui, e não acadêmicos”, justifica.

Danieli Balbi, professora da ECO e uma das palestrantes, reitera que apesar de a academia ser um ambiente de debates “oxigenados e potentes”, ainda é um lugar bastante conservador. “Discutir a diversidade em um evento como esse, com compromisso político sobre a necessidade de a universidade

ser mais plural, é de extrema importância”.

O evento é realizado em parceria com diferentes unidades e grupos de pesquisa da UFRJ. “É muito importante essa aproximação”, avalia o professor Vinicius Ribeiro, da Escola de Belas Artes. Segundo ele, a Semana da Diversidade é “uma demonstração de que a instituição está aberta às transformações da sociedade e representa uma contribuição para um ambiente mais inclusivo”.

A diretora da Escola de Comunicação, professora Suzy dos Santos, reforça a necessidade do evento. “A Semana articula distintas demandas da comunidade acadêmica que têm pouco



FERNANDO SOUZA

CRESCEU edição atual deve superar os 300 participantes de 2017

espaço de visibilidade”, justifica. A docente conta que a edição deste ano está mais completa que em 2017. “Várias questões debatidas no ano retrasado estão mais amadurecidas e po-

derão ser discutidas por outros prisms”, avalia.

Um exemplo é a roda de conversa “conhecendo o candomblé” com o professor Cristiano Henrique, do Departamento

de Métodos e Áreas Conexas, realizada no dia 5. Em 2017, uma das abordagens foi a intolerância religiosa. O objetivo deste ano é ampliar o diálogo sobre o tema. “Eu parto da premissa de que muito do que existe de preconceito e discriminação, parte não apenas dos atravessamentos do racismo religioso, mas também de um enorme desconhecimento em relação às religiões de matriz africana”, explicou o docente.

A Semana da Diversidade da UFRJ já recebeu nomes importantes. Em sua primeira edição, a vereadora Marielle Franco foi uma das convidadas para debater “questões raciais e desafios contemporâneos”. “Muitos alunos se sentiram contemplados pelas visões apresentadas ali e me disseram o quão impactante tinha sido a presença de Marielle no evento”, conta Chalini Torquato.

A docente estima que a procura pelo projeto deve crescer este ano. Em 2017, foram emitidos aproximadamente 300 certificados para participantes. Algumas atividades ocorrem no estacionamento da Escola de Comunicação para atender à demanda de cadeirantes, já que as solicitações feitas à Diretoria de Acessibilidade da UFRJ, para obras no Palácio Universitário, ainda não foram atendidas.

EXPOSIÇÃO CELEBRA OS 50 ANOS DA REVOLTA LGBT DE STONEWALL

■ O Espaço Memória, Arte e Sociedade Jessie Jane Vieira de Souza, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, inaugurou a exposição “50 anos de Stonewall e os direitos LGBTQI+ no Brasil”. Além da reprodução de documentos históricos, fotografias e obras literárias, o evento também conta com mesas de debates, exibições de filmes e lançamentos de livros sobre diversidade sexual.

A exposição celebra os 50 anos da Revolta de Stonewall, ocorrida em Nova Iorque em 1969, que serviu como referência para que outros movimentos por direitos civis LGBTQI+ se espalhassem pelo mundo. Coordenador do Espaço, o jornalista Pedro Barreto acredita ser fundamental dar visibilidade à luta LGBTQI+ na universidade. O tema, para ele, ganha importância na atualidade, quando os direitos dessa população estão

sendo atacados pela agenda conservadora do governo. “A gente sempre procurar trazer assuntos que tenham relação com a contemporaneidade e consideramos que a temática LGBTQI+ é importante para ser discutida em um momento em que muitas conquistas estão em risco no país”, afirma Barreto. A exposição está em cartaz no segundo andar do CFCH, na Praia Vermelha, até 19 de fevereiro. (Arthur Bomfim)



ARTHUR BOMFIM

EM CARTAZ na Praia Vermelha

“ESTÃO ESQUARTEJANDO A PETROBRAS”

Após visita à Coppe, **Ciro Gomes** concedeu entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, criticou programa de privatização do governo Bolsonaro e não fez mea culpa por ter se ausentado no segundo turno

FOTOS: ALESSANDRO COSTA

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

O ex-governador do Ceará e ex-candidato à Presidência da República pelo PDT, **Ciro Gomes**, esteve na UFRJ no dia 1º de novembro. O assunto era a política de óleo e gás implementada pelo governo Bolsonaro. “Estão esquartejando a Petrobras e vendendo este potencial”, afirmou durante palestra na Coppe. E decretou: “Se um dia eu for presidente, o petróleo será brasileiro”. Antes da atividade, o político concedeu entrevista exclusiva para a AdUFRJ. Ele comentou as críticas ao ex-presidente Lula, a escolha pela abstenção no segundo turno das eleições passadas e o desastre no Nordeste. Confira:

■ O senhor pretende ser candidato à presidência em 2022?

● Eu estou entregue obstinadamente a construir um movimento no Brasil. Este movimento procura identificar as causas estratégicas do problema brasileiro e fazer uma crítica dura aos encaminhamentos que estão sendo feitos. Se isso vai ou não se traduzir numa candidatura, a minha experiência diz que o Brasil vai passar por tantas confusões, tantas montanhas-russas, que meu papel é me atirar, sem nenhum tipo de conveniência,



CIRO GOMES fez palestra na Coppe e criticou a política de óleo e gás de Bolsonaro: “Se eu for presidente, o petróleo será brasileiro”



“**O ministro do Meio Ambiente é um canalha que está ali com a tarefa de ser canalha. Este é o mandato que ele recebeu do senhor Jair Bolsonaro, que é um obscurantista**”

ao risco que for necessário para proteger o Brasil. Estou na UFRJ porque acredito que tenhamos que trazer a universidade para dentro da tomada de decisão do país, porque o outro nome de soberania nacional é ciência, tecnologia e inovação.

■ O senhor tem feito duras críticas ao ex-presidente Lula...

● Eu não gostaria de comentar nada sobre o Lula, porque ele não é uma pessoa que eu conheço pela televisão, é alguém com quem tenho relacionamento fraterno há mais de 30 anos. É uma situação que me causa dor, ele não está nada bem.

Eu não fiz críticas pessoais a ninguém. A minha questão é política. Eu considero – e posso estar enganado, porque ninguém é dono da verdade – que, sem as imprudências, o egoísmo e a forma meio de enganador profissional que o Lula toma a partir de um certo momento de sua vida, o fenômeno Bolsonaro não teria acontecido.

■ Mas o senhor não acha que fez diferença para a vitória de Bolsonaro e senhor não ter se posicionado no segundo turno da eleições?

● No primeiro turno eu ganhei as eleições no Ceará. O Haddad, em Fortaleza, ficou em terceiro lugar, perdeu para o Bolsonaro. No segundo turno, o Haddad teve 70% dos votos no Ceará, inclusive em Fortaleza. Já em São Paulo, o Haddad, onde tinha sido prefeito, perdeu as eleições por 68% a 32%. O problema sou eu? Se você olhar onde eu fui votado, ele simplesmente galvanizou todos os votos. Só que se somar os votos dele com os meus nesses lugares, ainda faltam dez milhões de votos nessa derrota acachapante para um idiota.

Toda vez que o Bolsonaro entra em dificuldade, ele ameaça a volta do PT. É uma espécie de relação simbiótica, de parasitismo, em que um se afirma na negação do outro. Eu, comovidamente, acho que isto está matando o Brasil. Fundamentalmente, está levando ao descrédito a confiança do povo na política.

■ Mas no caso, a pergunta é sobre uma autocrítica do senhor...

● Será possível que não há nenhuma autocrítica do PT a fazer? Será que não vamos lembrar que foi o Lula quem nomeou a Dilma, com zero experiência anterior na política? Isso tem consequências. Dil-



“**Estou na UFRJ porque acredito que tenhamos que trazer a universidade para dentro da tomada de decisão do país, porque o outro nome de soberania nacional é ciência, tecnologia e inovação**”

ma se deixou impedir por um golpe e não teve capacidade de somar um terço dos deputados. O escândalo de corrupção: será que vamos fazer de conta que as escolhas do Lula não têm nada a ver com isso? Dilma assumiu o governo e anunciou uma faxina tirando toda a diretoria da Petrobras, que vinha de oito anos de governo Lula. Eu denunciei pessoalmente que o Lula deu ao Eunício Oliveira – depois presidente do Senado – R\$ 1 bilhão em contratos sem licitação, na Petrobras. O nome da empresa é Manchester. O Lula deu ao Renan Calheiros e ao Romero Jucá a nomeação do Sérgio Machado na Trans-

petro. Vi a dinheirama ser roubada e eu avisei ao Lula. Depois de um certo tempo, se eu não denuncio e não me afasto, eu passo a ser cúmplice. Eu não tenho razão nenhuma para ser cúmplice. Não devo nada ao PT, nada ao Lula.

■ Como o senhor avalia a ação do governo federal diante do desastre de derramamento de óleo no Nordeste?

● É um desgoverno absoluto. É uma tragédia contra a natureza, com biomas absolutamente sensíveis, mas também é econômica, com quebra de até 80% da venda de camarão, peixe, lagosta. Da qual sobrevivem pessoas pobres. Mais de 60 dias se passaram e o presidente não se dignou a ir às áreas atingidas. As providências deveriam ser conter os danos e identificar os responsáveis. Só 60 dias depois, a segunda providência é tomada. O ministro do Meio Ambiente (Ricardo Salles) é um canalha que está ali com a tarefa de ser canalha. Esse é o mandato que ele recebeu do senhor Jair Bolsonaro que tem horror ao meio ambiente, como obscurantista que é.

■ Qual sua opinião sobre a política de óleo e gás do atual governo?

● Isso é uma não política. Entre os quatro principais complexos industriais brasileiros está o de petróleo, gás e biocombustível. Estamos regredindo em agregação de valor. Hoje o Brasil está com um terço de sua capacidade de refino e já chegamos quase a 250 milhões de barris por ano de importação de diesel, gasolina, querosene de avião e gás de cozinha. A política de dolarizar dá lucros exorbitantes para os acionistas privados que são bancos brasileiros e multinacionais. O que está por trás disso claramente é uma visão antinacional e entreguista.